

RESENHA

Ainda precisamos falar sobre racismos

Resenha de BETHENCOURT,
Francisco. *Racismos*. Das cruzadas ao
século XX. São Paulo: Companhia das
Letras, 2018, 608 páginas

JOICE DE SOUZA SANTOS

Mestre em História da África pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisadora de
acervo particular no Rio de Janeiro.

joyce.histori@gmail.com

As discussões em torno do combate ao racismo têm aparecido progressivamente nas agendas de discussão dos meios de comunicação, das redes sociais e das rodas de conversas. O tema até hoje é objeto de estudo na historiografia e em áreas correlatas. No entanto, foram poucos os estudos que se propuseram a fazer uma análise comparativa e de longa duração das diversas manifestações do racismo, considerando o seu contexto histórico.

Esse trabalho de fôlego foi realizado pelo historiador português Francisco Bethencourt, conhecido pelo público brasileiro pelas publicações de seus trabalhos sobre a *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XVI* (2000) e *O imaginário da magia. Feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI* (2004), além da circulação de seus artigos e a constante presença em universidades brasileiras.

O livro é fruto de um projeto de 12 anos de pesquisa e sua primeira edição foi publicada em 2013 pela Universidade de Princeton. A tradução deste monumental trabalho chegou em 2018 às prateleiras das livrarias brasileiras. Foi a partir do questionamento de como uma mesma pessoa poderia ser considerada negra nos Estados Unidos, branca no Brasil e de cor na África do Sul que a pesquisa se desenvolveu. O que levou o autor a problematizar as diferentes formas de classificação social, a produção de sistemas de classificação racial, como essas classificações eram influenciadas por conflitos e pelos interesses locais e como as hierarquias raciais refletiam preconceitos e estimulavam a ação discriminatória. A hipótese de Bethencourt é que o racismo foi motivado por projetos políticos e expressos na forma de preconceito étnico associado a ações discriminatórias.

A pesquisa empreendida por ele é delimitada pelo mundo Ocidental, numa temporalidade que vai desde as Cruzadas aos dias atuais, com uma reflexão sobre como a expansão européia desenvolveu um arcabouço de ideias e práticas que levaram à hierarquia dos povos. Para isso, Bethencourt se utiliza de ricas fontes primárias impressas e visuais, além de uma extensa literatura secundária. É importante destacar o movimento feito pelo autor de não relacionar o estudo dos racismos exclusivamente com a Europa ou com outras áreas do mundo Ocidental porque também se manifestaram em localidades como a China, a Índia e o Japão.

O livro se divide em cinco partes. Na primeira parte, intitulada “As cruzadas”, o autor aborda os processos de expansão europeia, desde as invasões bárbaras até a expansão muçulmana, apontando para a tensão entre o universalismo da Igreja do império cristão com os conflitos e interesses locais. Destaca-se nos capítulos que compõe a unidade, a análise

detalhada e sofisticada da iconografia e dos manuscritos do período que contribuíram na criação de tipologias humanas, exemplo disso é a análise de esculturas e de diferentes trípticos de temática religiosa, como os de Hieronymus Bosh.

É instigante a construção narrativa sobre como as cruzadas renovaram os preconceitos étnicos desenvolvidos nos diferentes contextos da Antiguidade Clássica, das invasões bárbaras e da expansão muçulmana. Durante a Idade Média, a disputa política e a guerra desempenharam papel importante na criação do ódio entre os povos de religiões diferentes, como os cristãos e os muçulmanos. No entanto, eram casos de projetos de domínio político que envolviam discriminação e não estigmatização de um grupo social, ou seja, não havia preconceito em relação à ascendência. Esse tipo de preconceito se direcionou aos judeus e muçulmanos, em especial, entre os séculos XIII e XV na Península Ibérica, onde foi utilizado o conceito de sangue puro para segregar este grupo em diferentes aspectos sociais. As cruzadas colocaram Jerusalém como centro do mundo e reforçaram os preconceitos étnicos com base na religião.

Somente com a expansão marítima há uma mudança de perspectiva e esse é o tema da parte II, “Exploração oceânica”. Bethencourt analisa a visão europeia sobre os povos da Idade Moderna, a partir da mudança de eixo do centro religioso, de Jerusalém para a Europa e o desenvolvimento da ideia de uma supremacia branca através de um longo processo de projeção de imagens estereotipadas dos povos americano, africano e asiático. Mais uma vez, o autor se vale da análise de uma rica documentação visual e relatos de viagem para construir o seu argumento.

Instigante é o destaque dado pelo autor para o fato de que a Europa passou a se reconhecer como branca a partir do comércio escravagista, pois contribuiu para a percepção do fenótipo dos europeus e as definições passaram a se basear cada vez mais na cor da pele. A estereotipagem torna-se, assim, importante para compreender a dinâmica dos preconceitos relacionados com a ascendência étnica.

A discussão das sociedades coloniais é tema da parte III, onde há problematização dos processos de conquista e construção de novas sociedades definida pela supremacia branca. O autor parte da análise da classificação dos povos do mundo ibérico cuja representação foi construída de forma desumanizada. Nesta parte, explora projetos políticos de discriminação e segregação institucionalizadas, além de apontar para as convergências e divergências de práticas entre as principais potências coloniais. Faz uma dis-

cussão sobre a integração das populações nativas nas novas estruturas do processo de colonização europeia e na organização da economia e sociedades locais, além de marcar a emergência de novos estereótipos, e a reinterpretação de substituição de preconceitos étnicos transmitidos. No centro da análise, estão o comércio de escravos, a escravidão e a resistência nativa. No bojo desta discussão, o historiador português analisa o impacto do abolicionismo e o conceito de direitos humanos em fins do século XVIII.

Nas sociedades coloniais, em especial as da Península Ibérica, o termo raça foi aplicado aos muçulmanos, judeus e negros para referir uma ascendência impura. Essa hierarquização era baseada segundo os critérios europeus que definiram o que era ou não era comportamento civilizado. Ainda sim, as relações interétnicas se mostraram mais complexas nesta região em função de uma maior integração entre os nativos e os escravos, que foram transformados em vassallos. Nos Estados Unidos do século XVIII, a solução encontrada para reduzir a variedade interétnica foi política, dividindo a população entre brancos e negros, confirmando a relação entre classificação e conflito social. Chama atenção o fato de que, enquanto nas Américas portuguesa e espanhola houve uma discriminação social, ou seja, uma distinção que impedia que determinadas categorias da população conseguissem ter acesso a certos lugares sociais; nos Estados Unidos houve uma separação física ou isolamento de grupos étnicos. Somente com o movimento abolicionista é que essas categorias foram repensadas, especialmente com a disseminação do conceito de direitos humanos.

A investigação sobre a teoria das raças e seu impacto na sociedade e na política, entre os séculos XVIII e XIX, é o tema da parte IV do livro. A discussão sobre o nacionalismo político do XIX permite, assim, compreender a ligação entre as formas de classificação e as contendas políticas. Para isso, os capítulos que compõem a unidade fazem um exame de discursos, desde Carl Lineu e seu livro *Systema Naturae*, de 1735, com o início da estrutura científica que permitiu a classificação de seres humanos e que estabeleceu uma hierarquia a partir da cor da pele, de modo a associar as alegorias dos continentes com os estereótipos sobre os diversos povos do mundo a partir da expansão europeia. Passa ainda por Buffon que, em 1777, diferenciou os graus de civilização de acordo com a aparência física.

Mas foi o holandês Petrus Camper, em fins do XVIII, quem criou um sistema supostamente científico de medição de diferentes tipos de humanos e que contribuiu para eliminar o mito do papel dos continentes na criação das raças. Johan Blumenbach propôs um estudo a partir dos continentes, criando

a noção do tipo caucasiano e colocando-o no topo da hierarquia, que contava ainda com os tipos mongol, etíope, americano e malaio.

Com a onda conservadora que ocorreu na Europa a partir de 1848, os estudos de raças passaram a levantar a questão do declínio ou degeneração da humanidade devido ao processo generalizado de miscigenação. Foi com o suíço Louis Agassiz que velhos estereótipos foram usados de forma ofensiva contra indivíduos e raças consideradas mistas; fornecendo, inclusive, base para a política sulista norte-americana de exclusão, segregação e discriminação, que durou até a década de 1960.

A partir da segunda metade do XIX, a tendência nacionalista e suas questões de divisão social e política se refletiram em guerra civil e repressão. É neste período que se inicia a expansão europeia para os continentes africano e asiático até 1913 e há uma contestação da ideia de degeneração e de aperfeiçoamento que acompanham a noção de progresso no campo religioso e político.

É Darwin o responsável por fornecer elementos para pensar a evolução social. Em seu livro, *A Origem das Espécies*, publicado em 1859, ele desenvolve a tese da desigualdade como fonte de aperfeiçoamento social. A degeneração da Criação foi substituída pela modificação, pela variação e extinção das espécies ao longo de milhões de anos. As teorias da evolução social fizeram com que hierarquias inatas fossem substituídas por diferentes fases do processo civilizacional, integrando a cultura e a história, e criando uma estrutura para justificar a expansão colonial. O darwinismo social foi definido, segundo apontamentos do autor, como uso político e social até a II Guerra Mundial.

A última parte do livro busca compreender os desenvolvimentos de políticas raciais ao longo do XIX e o impacto do nacionalismo e das noções de raça a partir de uma perceptiva comparada. Uma análise interessante feita pelo autor é que o nacionalismo uniu as concepções de nação e raça, no qual a língua e a ascendência partilhada serviram de base para construção de uma identidade coletiva.

Foram os impérios multiétnicos os primeiros a sentirem o impacto desse movimento político. A perseguição racial aos armênios e gregos foi originada pelo desmembramento do território do Império Otomano e a emergência do nacionalismo nos Bálcãs e no Cáucaso. Os Jovens Turcos, grupo que ascendeu politicamente na região, apregoaram o primeiro genocídio na Europa, exterminando os armênios em 1915 com o claro objetivo de limpar o território e eliminar aqueles que eram considerados uma ameaça e apro-

veitadores dos muçulmanos. Baseado num projeto político de Estado focado na identidade turca, o preconceito à ascendência levou ao extermínio, massacre e expulsão de determinado grupo social.

O autor também aponta, numa análise exaustiva, a transformação dos judeus em bodes expiatórios desde a transição para a modernidade até a crise econômica da Alemanha em 1870, que trouxe novas medidas e atitudes contra esse povo. A ameaça judaica só foi sistematizada no início do século XX. O britânico Houston Chambelain defendia que a luta racial se opunha à luta de classes e que na competição por espaço e por recursos, o inimigo deveria ser expulso. Na Alemanha, isso se traduziu na transformação dos judeus em inimigos e sua expulsão poderia fazer com que a Alemanha ganhasse um papel de destaque no continente europeu. Com um projeto político de preconceito com a ascendência étnica, associado com ações discriminatórias, a Alemanha se tornou um Estado racial, exterminando e expulsando os judeus de seu território, menos pela religião do que pelos preconceitos tradicionais que remontam à época da Inquisição. Vale destacar que houve uma ausência de perseguição judaica em Portugal e na Espanha que é explicado por Bethencout pelo pequeno número de comunidades judaicas, não gerando nenhuma política de segregação dos mesmos.

Na África colonial, o preconceito quanto à ascendência foi preponderante, levando as várias formas de discriminação e segregação. Na África do Sul, a segregação das populações africanas foi legalizada ao longo do século XIX com a ascensão dos bôeres e o nascimento de uma indústria de mineração em fins daquele século que estabeleceu a divisão do trabalho segundo critérios raciais. A institucionalização da segregação se deu no período de 1948 a 1994 em todos os níveis das relações sociais, privilegiando os brancos e despojando as populações locais. O *apartheid* só se findou com o fim da Guerra Fria e através de uma ferrenha oposição política.

No entanto, o autor indica que o racismo não foi produto somente do mundo ocidental. Na Ásia, o autor se utiliza do caso da China, onde os *han* foram considerados como sendo a etnia central que agregou outras etnias ao longo do processo de expansão, influenciando os governantes estrangeiros com seus critérios sociais e políticos. Na Índia, o sistema de castas atravessa todos os níveis da sociedade e serve como base para formas de discriminação.

Com a chegada do século XXI e as pesquisas voltadas para o mapeamento do genoma humano, renovou-se o debate sobre a raça, já que as diferenças genéticas entre os grupos raciais tradicionalmente definidos são consideradas mais importantes que as diferenças entre esses grupos. Essas

linhas divisórias entre as raças foram se apagando ao longo do século anterior. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) fomentou um debate sobre a teoria das raças. Na segunda metade do XX, o movimento negro americano que lutava por direitos civis rejeitou a discriminação baseada na inferioridade racial e subverteu a concepção de raça, que passou a expressar uma identidade coletiva e proteger as minorias.

Esse debate vem ao encontro das discussões atuais realizadas em âmbito mundial, revelando novos atores, no que diz respeito a recepções de imigrantes tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, confirmando o ponto de que o racismo se revela de formas diferentes de acordo com o seu contexto histórico. Vem também ao encontro de uma querela de âmbito nacional que é a insistente negação da existência de racismo no país. A análise densa das fontes contribuiu para um debate que já vem sendo realizado, apontando para a complexidade de manifestações e que a exclusão de grupos nos âmbitos espaciais, sociais e profissionais é associada a um projeto político. As provocações feitas ao longo do livro permitem não só refletir o momento em que vivemos, mas os próximos passos, desejosos que um dia não precisemos ter que discutir a questão do racismo, nem no plural, nem no singular, porque ele não vai mais existir.

Luiz Guilherme Burlamaqui
Aira Bonfim
Renato Coutinho
Fausto Amaro
Victor Sá Ramalho Antonio
Eduardo de Souza Gomes
Carlus Augustus Jourand Correia
Antonio Jorge Gonçalves Soares
Cláudia Calmon
Natália Batista Peçanha
Gisele Pereira Nicolau
Pedro Sousa da Silva
Thiago Santos Mathias da Fonseca
Luciana Andrzejewski
Joice de Souza Santos

O concurso de **Monografia do Arquivo da Cidade/Prêmio Professor Afonso Carlos Marques dos Santos**

— uma iniciativa que vem ocorrendo regularmente desde 2006 — tem por finalidade selecionar um estudo cujo tema central seja o Rio de Janeiro. Esse pode estar centrado no passado da cidade, com uma abordagem mais historiográfica, ou tratando de traços da história mais recente, fornecendo análises e discussões sobre o Rio Contemporâneo.

De caráter anual, o concurso prevê a inscrição de trabalhos nas áreas de História, Geografia, Antropologia, Arquitetura, Urbanismo, Saúde e Cultura em geral, desde que entre as fontes consultadas figurem documentos iconográficos, manuscritos ou impressos pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade.

Para participar, basta acessar o link: **www.rio.rj.gov.br/arquivo** do Concurso de Monografia Arquivo da Cidade/Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos. Lá você confere o edital.

wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj

